



Equipe econômica debate ajustes em série de audiências

Comissão receberá amanhã o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Nas próximas semanas serão ouvidos Alexandre Tombini, do Banco Central, e Joaquim Levy, da Fazenda

Os debates vão ocorrer na Comissão de Assuntos Econômicos. Nelson Barbosa deve falar sobre o ajuste nas contas do governo, com destaque para as medidas que alteram regras do seguro-

desemprego e da pensão por morte. A alta da inflação deve dominar a audiência com Alexandre Tombini, na terça-feira da próxima semana. O encontro com Joaquim Levy ainda será marcado. **3**



Cesar Ogino/Creative Commons

Texto dos ex-senadores Sarney e Dornelles proíbe doação privada a campanhas

Plenário retoma a análise de projetos da reforma política

O Senado volta a examinar, na sessão deliberativa de amanhã, mudanças no sistema eleitoral do país.

A próxima proposta na pauta é a que estabelece o financiamento público exclusivo de campanhas. **4**

Reinan Amis



Senadora Ana Amélia conduz o debate, realizado em Não-Me-Toque na sexta

Produtor rural pede fim de emplacamento de trator

Em debate promovido pela Comissão de Agricultura, participantes cobraram definição sobre a

exigência de licenciamento de tratores e máquinas agrícolas. Governo se comprometeu a editar MP. **2**

ACONTECEU NO SENADO

Vetos presidenciais são mantidos em sessão do Congresso

Durante cerca de 12 horas, na quarta-feira, o Congresso analisou e decidiu manter os vetos presidenciais a mais de 300 dispositivos em 9 projetos de lei. Um dia antes, o Senado aprovou o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais. A semana também marcou a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e a criação de comissão de senadores para tratar da crise hídrica. **4**

Vídeo aborda hospitalização de Tancredo, há 30 anos

Vídeo do **Jornal do Senado** e da Agência Senado mostra como foi a “madrugada mais longa da República”, em 15 de março de 1985. Ante a inesperada internação do presidente eleito, Tancredo Neves, os militares chegaram a ensaiar um golpe para impedir a posse de José Sarney, o vice. Acesse bit.ly/1GMVImp.



Senado Federal

Sem Tancredo, Sarney toma posse como vice-presidente

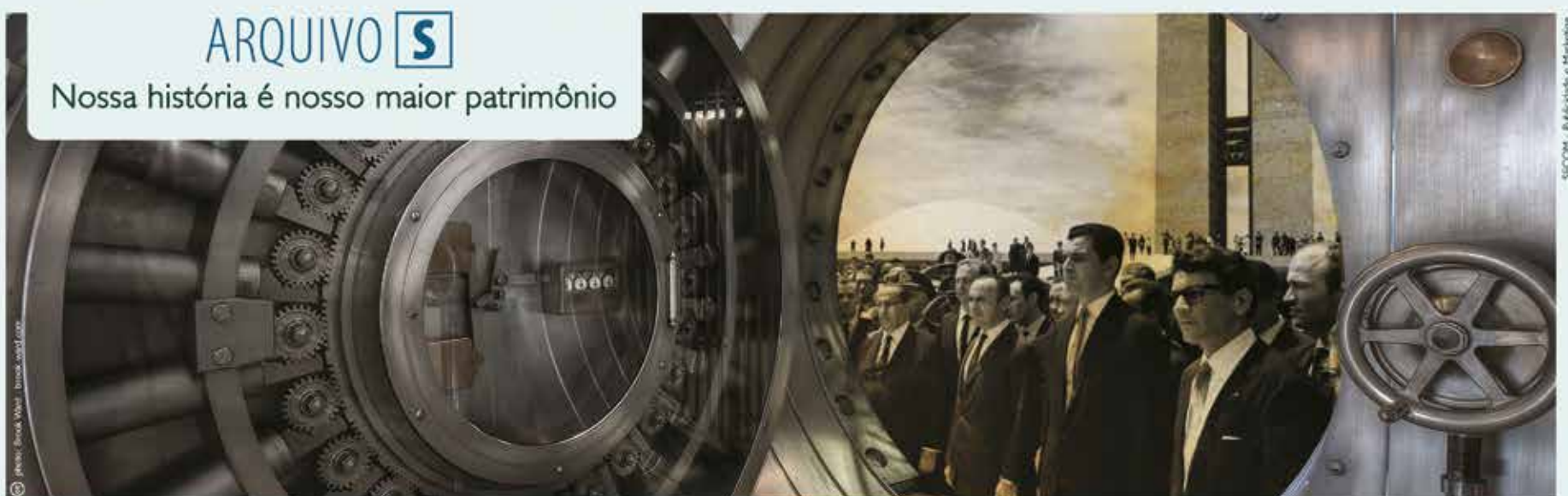
Proposta cria nova regra para acordo de leniência **4**

Orçamento 2015 deve ir a voto nesta semana **3**

Governo já indeniza soldados da borracha **2**

ARQUIVO **S**

Nossa história é nosso maior patrimônio



SICOM - P. Afonso e Marinho

www.senado.leg.br/jornal

“Arquivo S” é o novo caderno especial do Jornal do Senado. Publicado na primeira segunda-feira do mês, o caderno traz matérias especiais de momentos históricos do Brasil, contadas por meio de documentos raros protegidos no acervo do Arquivo do Senado. Um patrimônio nacional de grandes acontecimentos que marcaram a sociedade, provocaram mudanças no país e alteraram o curso da história do Brasil.

JORNAL DO SENADO

SENADO FEDERAL

Em audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na cidade gaúcha de Não-Me-Toque, senadora Ana Amélia lembrou compromisso do governo em editar MP sobre o assunto

Agricultores pedem regras para registro de tratores

PARTICIPANTES DO DEBATE sobre a exigência de emplacamento de máquinas agrícolas — suspensa até 2017, mas pendente de regulamentação definitiva — defenderam a necessidade de uma solução para a insegurança. O encontro foi promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na sexta-feira em Não-Me-Toque (RS).

Produtores rurais manifestaram a preocupação com a possibilidade de cobrança de tributos pelo registro e licenciamento de tratores.

O emplacamento se tornou obrigatório por força de resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) em 2012. Projeto de lei para eliminar essa exigência foi aprovado na Câmara e no Senado, mas foi vetado pela presidente Dilma Rousseff. O Congresso manteve o veto.

Conforme esclareceu a senadora Ana Amélia (PP-RS), presidente da CRA, o governo se comprometeu com a Frente



Governo de São Paulo

Produtores manifestaram temor com possível imposto sobre máquina agrícola

Parlamentar da Agropecuária a enviar uma medida provisória para solucionar a questão.

Para o senador Donizeti Nogueira (PT-TO), é necessário rejeitar qualquer proposta que imponha mais tributos aos produtores.

— Se tiver que pagar alguma coisa, começo dizendo que sou contra. Eu não penso que temos que onerar os agricultores e criar um dificultador nisso — afirmou.

Augusto César de Andrade, da Federação da Agricultura e

Pecuária de Goiás (Faeg), disse esperar o fim de uma situação que remonta à promulgação do Código de Trânsito Brasileiro, em 1997.

— Todos os produtores que foram comprar máquinas o fizeram sem saber como fazer. Essa insegurança jurídica é um dos piores insumos que a produção rural recebe — afirmou.

Também participaram representantes da indústria de máquinas, de empresas de seguro e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Soldados da borracha já recebem indenizações

Quase 12 mil soldados da borracha, bem como viúvas e dependentes, começaram a receber no dia 2 indenização de R\$ 25 mil do governo federal. Os soldados da borracha são trabalhadores recrutados na 2ª Guerra Mundial, principalmente no Nordeste, para a extração do látex na Floresta

Amazônica. A proposta de emenda constitucional que previu o benefício foi promulgada pelo Congresso em maio do ano passado.

O pagamento é feito em uma única parcela e o depósito acontece com a aposentadoria. No total, o governo vai desembolsar R\$ 289 milhões.

São 6,9 mil beneficiados no Acre, 1,8 mil no Amazonas e 1,6 mil em Rondônia. Eles também recebem pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos.

Vários senadores comemoraram o início dos pagamentos. Jorge Viana (PT-AC) ressaltou que a indenização faz justiça a heróis da pátria que largaram as famílias e trabalharam pelo Brasil.

Gladson Cameli (PP-AC) parabenizou o governo pela liberação dos recursos. Ele disse que, no Acre, o dinheiro vai dinamizar a economia local.

Para Acir Gurgacz (PDT-RO), a indenização é justa, mas o reconhecimento veio tarde. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que a batalha pela indenização começou em 2002.



Emenda constitucional que garante benefício foi promulgada em maio de 2014

Mesa-redonda discute assédio moral e sexual no trabalho

O assédio moral e sexual no ambiente de trabalho foi tema de mesa-redonda na sexta-feira no Senado. O encontro, aberto ao público, integrou a programação relativa ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Os participantes e especialistas discutiram medidas para coibir a prática.

A mesa-redonda teve como palestrantes a consultora legislativa do Senado Roberta Viegas e a coordenadora de Autonomia Econômica das Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Simone Schaffer. Também participaram a diretora-geral do Senado, Illana Trombka, o

diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Rodrigo Brum, e a consultora legislativa Conceição Alves.

De acordo com Roberta, uma das principais dificuldades das vítimas é reunir provas sobre o assédio, principalmente por via testemunhal. O acolhimento da pessoa assediada, afirma a consultora, é fundamental. É preciso ter a quem recorrer e obter a validação da denúncia, ressaltou.

Simone destacou que é importante tratar o assunto com atenção especial à questão de gênero, tendo em vista que, na maior parte dos casos, o alvo do assédio é mulher.

ERRATA

Na pág. 7 da edição da última sexta, diferentemente do que informa o título, o senador João Capiberibe não sugeriu que os políticos citados na Lava-Jato renunciem, mas sim que se licenciem dos cargos. A reportagem contém a informação correta.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA
TERÇA
QUARTA

PLENÁRIO Discursos e comunicados

14h A sessão é não deliberativa, para pronunciamentos e avisos da Mesa.

PRESIDÊNCIA Novo CPC

15h Renan Calheiros participa da cerimônia de sanção do novo Código de Processo Civil, no Palácio do Planalto.

CAE Ministro do Planejamento

10h30 A Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

CE Gratuidade em concurso

11h A gratuidade de taxa de inscrição em concursos para alunos de escolas públicas é um dos seis projetos na pauta da Comissão de Educação.

BANCADA FEMININA Embaixadoras

11h No Salão Nobre do Senado, bancada feminina do Congresso recebe embaixadoras em missão no Brasil.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Comissões

14h30 Instalação e eleição dos membros das comissões responsáveis pela elaboração de relatórios sobre as MPs 660/2014, 661/2014, 663/2014, 664/2014, 665/2014, 668/2014 e 670/2015, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho.

CONGRESSO Brasil no Parlasul

19h Apreciação do PL 13/2014 e do Projeto de Resolução 2/2015-CN, sobre a Representação do Brasil no Parlasul.

CAS Eleição de presidente e vice

9h Instalação dos trabalhos e eleição da presidência e vice da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2015-2016.

PAUTA FEMININA Exposição

11h Abertura da mostra *Memórias Femininas na Construção de Brasília*, da bancada feminina do Congresso, no Salão Negro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Illana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretor de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

O ministro Nelson Barbosa, primeiro convidado, deve falar sobre as medidas que alteram o seguro-desemprego e a pensão por morte



Barbosa, do Planejamento, será ouvido amanhã; Tombini, do Banco Central, está marcado para a próxima semana; e Levy, da Fazenda, ainda não tem data

Comissão inicia amanhã série de debates com a equipe econômica

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) receberá o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, amanhã, às 10h30, para um debate sobre a crise na economia. Essa é a primeira de uma série de audiências públicas que o colegiado promoverá para discutir o assunto. Na terça-feira da semana que vem, dia 24, será a vez do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que fará uma avaliação sobre a execução da política monetária. O convidado seguinte é o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, mas a data para ouvi-lo ainda não está definida.

Com as audiências, o presidente da CAE, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), dá cumprimento a uma das metas anunciadas ao ser eleito para o posto na semana passada. Para ele, a CAE é o foro de debate adequado de discussão de reformas importantes para o país, como a tributária e a fiscal.

Nelson Barbosa deverá falar sobre o ajuste fiscal, inserido nas Medidas Provisórias (MPs) 664/2014 e 665/2014, que estabeleceram uma série de alterações nas regras de seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão

por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. Essas medidas enfrentam oposição das centrais sindicais.

As duas medidas sofrem resistência também no Congresso. A MP 664/2014 recebeu 517 emendas e a MP 665/2014, 233 sugestões de mudança. As alterações deverão ser apresentadas por comissão mista (integrada por senadores e deputados) encarregada de analisar as medidas. Em seguida, as MPs serão votadas pela Câmara e pelo Senado.

Inflação

A audiência com o presidente do Banco Central ocorre trimestralmente, como determina o Regimento Interno do Senado. O objetivo previsto na norma é discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

Um dos pontos das duas audiências deverá ser a persistente alta da inflação. A variação acumulada nos últimos 12 meses está em 7,7% e já estourou o teto da meta estabelecida pelo Banco Central, que é de 6,5%.

A tendência de alta já havia sido prevista por Tombini na última audiência

na CAE, em 16 de dezembro. Na ocasião, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos 12 meses anteriores era de 6,56%. Tombini disse, então, que o pico na alta, decorrente do realinhamento dos preços administrados em relação aos livres, deveria ocorrer no primeiro trimestre de 2015.

A reunião realizada no início de março pelo Comitê de Política Monetária (Copom), presidido por Tombini, reafirmou a tendência de alta da inflação e elevou a taxa básica de juros (Selic) em meio ponto percentual, de 12,25% para 12,75% ao ano. De acordo com o Copom, os ajustes de preços fazem com que a inflação se eleve no curto prazo e tenda a permanecer elevada em 2015.

O comitê avalia que tem se fortalecido o cenário de convergência da inflação para o centro da meta de 4,5% no próximo ano. “Contudo, os avanços alcançados no combate à inflação — a exemplo de sinais benignos vindos de indicadores de expectativas de médio e longo prazos — ainda não se mostram suficientes”, afirma a ata do Copom.

Orçamento deve ser votado nesta semana

O Congresso tem sessão amanhã, às 19h, para votar o Orçamento da União de 2015 (PLN 13/2014).

Na quarta-feira, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, disse esperar que haja acordo para votar o Orçamento, pendente de votação desde o fim de 2014.

— Nós esperamos que tenhamos consenso na próxima terça-feira [amanhã], como cobra a sociedade.

O relator-geral da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), incluiu no texto as emendas apresentadas pelos parlamentares eleitos em outubro.

Também amanhã, o Congresso promulgará a Emenda Constitucional 86, que torna impositiva a execução das emendas individuais dos parlamentares ao Orçamento da União.

Comissão estuda tabela do Imposto de Renda

A comissão mista de 12 senadores e 12 deputados responsável por emitir parecer inicial sobre a MP 670/2015, que trata da correção escalonada da tabela do Imposto de Renda, foi oficialmente designada na sexta-feira. Agora serão eleitos presidente e vice e designado relator.

A proposição, publicada na quarta-feira, já recebeu 28 emendas. Até amanhã, deputados e senadores podem continuar apresentando sugestões. A MP entrará em regime de urgência, passando a obstruir a pauta a partir de 25 de abril (45 dias), e deve ser votada pelo Congresso até 9 de maio (60 dias).

A MP determina correção escalonada: nas duas primeiras faixas salariais, 6,5%; na terceira faixa, 5,5%; na quarta faixa, 5%; e na última faixa — que contempla os salários mais altos —, 4,5%. Com a correção, quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês ficará isento.

Wellington diz que Levy garantiu repasses a MT

Wellington Fagundes (PR-MT) relatou na sexta-feira conversa com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, durante encontro no Rio de Janeiro, por ocasião da inauguração do Porto do Futuro.

O senador disse ter cobrado do ministro a transferência a Mato Grosso de recursos do Fundo de Fomento às Exportações (FEX) do ano passado, ainda não feita. O FEX é uma compensação prevista na Lei Kandir pelo fato de Mato Grosso, como outros estados exportadores, abrir mão do ICMS.

— Levy nos garantiu que o governo tem que cumprir [a Lei Kandir], se comprometeu a buscar um caminho.

Wellington lembrou que a produção agrícola é essencial para que a balança comercial não fique extremamente deficitária. E reiterou que os recursos do FEX são importantes para a melhoria da infraestrutura, como no caso das estradas, e que esses são investimentos que beneficiam todo o país.



Pedro França/Agência Senado

Crise é um problema de todos, avalia Cristovam

Em discurso ontem, Cristovam Buarque (PDT-DF) fez uma análise sobre a crise enfrentada pelos brasileiros. Para ele, os problemas são sérios, e o momento deve servir para tirar o Brasil do “transe”. Mas, para alcançar esse objetivo, governo, oposição e sociedade devem se unir:

— A culpa do momento financeiro que vivemos é do governo, da presidente Dilma. Ela adotou uma política fiscal que não foi responsável. A culpa é dos últimos quatro anos, mas o problema é de todos nós. O problema é do Brasil.

Apesar de apoiar o ajuste para o país recuperar a credibilidade da economia, o senador reclamou da maneira como foi feito até agora, de forma linear, cortando recursos de áreas essenciais como educação, saúde, proteção social, mas sem retirar privilégios das classes abastadas. Ele defendeu a adoção de um ajuste feito após conversa e negociação, pensado estrategicamente para não trazer ineficiências no futuro.



Pedro França/Agência Senado

Para Cássio, “é hora de tirar país da mata escura”

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) considera que o país enfrenta grave crise econômica, política, ética e de credibilidade do governo federal, situação que requer responsabilidade para apontar soluções para os problemas.

— Este é o momento em que todos devemos ter muita responsabilidade, apontar os caminhos que devem ser trilhados para o futuro do Brasil, acender a lanterna para que possamos abrir a picada e tirar o país desta mata escura, na qual estamos adentrando cada vez mais — afirmou.

Também cobrou humildade do governo para reconhecer erros e assumir falhas, primeiro passo para o país sair da crise.

Sobre a Lava-Jato, o senador disse ser importante ter claro que investigação não é condenação e reafirmou confiança na Procuradoria-Geral da República, nos Ministérios Públicos Federal e dos estados e na Polícia Federal.



Pedro França/Agência Senado

Medeiros: manifestação é contra a classe política

PT, PSDB, partidos de situação, de oposição e os independentes devem deixar de lado as diferenças e se unir para atender as demandas da população. O apelo é de José Medeiros (PPS-MT), para quem as manifestações previstas para ontem não são contra o governo, mas um sinal de insatisfação com a classe política. O senador afirmou que os políticos se acomodaram depois das manifestações de junho 2013.

Para Medeiros, a crise política e econômica do país deve ser encarada como oportunidade para a construção de avanços, como a aprovação de um novo sistema político-eleitoral, que incluía, por exemplo, o financiamento exclusivamente público das campanhas.

— O político que tiver a coragem de ir para lá corre sério risco de ser enxotado. É uma manifestação legítima, não contra o governo, contra nós todos — disse o senador, que rechaçou o impeachment da presidente Dilma.



Pedro França/Agência Senado

Plenário continua a discutir e colocar em votação propostas de mudança do sistema eleitoral. Ideia de Renan Calheiros é que, de forma fatiada, se faça a reforma política

Financiamento público na pauta de amanhã

O PLÊNÁRIO DO Senado deve continuar, nesta semana, a debater os projetos de reforma política. O próximo tema deve ser a proposta dos ex-senadores Francisco Dornelles e José Sarney (PLS 268/2011) que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais.

A orientação do presidente Renan Calheiros é que cada projeto pronto para votação seja colocado na pauta para discussão até que a reforma política vá, aos poucos e de maneira fatiada, tomando corpo.

— Nenhum dos temas obteve acordo, nenhum alcançou consenso. Por isso a orientação tem sido votar os projetos na ordem com que chegam ao Plenário — explicou o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira.

A julgar pela votação do PLS 268/2011 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), há quatro anos, vai ser uma decisão apertada: houve empate em 9 votos contrários e 9 favoráveis na votação, decidida pelo então presidente, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que indicou sua aprovação.

Apesar de não ser obrigatória sua passagem pelo Plenário, pelo caráter terminativo da decisão na CCJ, houve três recursos nesse sentido, e agora o texto sobre financiamento público está pronto para análise de todos os senadores.

Regra atual

Hoje, o financiamento é misto. Dentro de certos limites, tanto empresas quanto pessoas podem fazer doações. Além disso, cada partido recebe recursos públicos provenientes do chamado Fundo Partidário, que são distribuídos de acordo com o tamanho de cada bancada na Câmara dos Deputados.

O projeto proíbe os partidos políticos e candidatos de receberem doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas e jurídicas. Os recursos para as campanhas sairiam de um fundo administrado pela Justiça Eleitoral, que, para isso, deverá receber R\$ 7 por eleitor inscrito, em ano eleitoral, na forma de uma transferência

orçamentária do Tesouro.

Quem defende o financiamento público exclusivo diz que, além de assegurar equilíbrio econômico entre os candidatos, o sistema deixa claro quem paga a conta das campanhas. Em tese, excluir agentes privados do processo facilita a fiscalização, elimina a influência de grandes empresas nas eleições e permite que os partidos menores tenham mais recursos para fazer suas campanhas.

Os contrários ao financiamento público argumentam que seriam favorecidos os partidos que hoje já são os maiores, não seriam coibidas as doações ilegais e não se acabaria com a prática de caixa dois. Além disso, consideram que o dinheiro destinado a financiar campanhas eleitorais poderia ser usado para investir em saúde e educação, por exemplo.

Outros projetos

Além desse tema, há outros quatro projetos sobre a reforma política na pauta do Plenário de amanhã. Dois são projetos de lei (PLSs 601/2011 e 60/2012), cuja tramitação e votação é do tipo mais simples, porque não exige maioria absoluta nem várias sessões de discussão. Outros dois são propostas de emenda à Constituição (PECs 58/2013 e 73/2011), que precisam de 49 votos favoráveis e exigem cinco sessões de discussão antes do primeiro turno de votação e três antes do segundo turno.

O PLS 601/2011 exige a divulgação das receitas e despesas das campanhas eleitorais e o PLS 60/2012 restringe as doações para campanhas — sendo que este último, na prática, depende do resultado da votação sobre financiamento público.

Já a PEC 58/2013 estabelece novos critérios para criação de partidos políticos e pode ser votada em primeiro turno amanhã, por atingir a quinta sessão de discussão. A PEC 73/2011, que exige desincompatibilização do presidente, governador e prefeito que queiram se reeleger, deve avançar até quinta-feira, quando também chega à última sessão de discussão do primeiro turno.

MP deve endossar leniência, propõe Ferraço

Acordos de leniência celebrados por órgãos públicos para responsabilização administrativa e civil de empresas em razão de atos ilícitos contra a administração podem ter homologação obrigatória pelo Ministério Público. O texto, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), altera a ainda recente Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013). O projeto com essa finalidade (PLS 105/2015) começa a tramitar na CCJ.

Um dos dispositivos da lei já determina que seja informado ao Ministério Público o procedimento administrativo aberto para que se apure a prática de atos contra a administração. No entanto, o texto é omissivo quanto à participação do MP na celebração ou não do acordo



Moneira Moritz/Agência Senado

de leniência, que equivaleria, na investigação administrativa, ao instituto da delação premiada do inquérito penal.

Ferraço aponta a omissão da lei e argumenta que esse lapso gera insegurança jurídica quanto aos efeitos

do acordo de leniência no âmbito administrativo.

Segundo o texto de Ferraço, ao assinar acordos de leniência, a empresa que colaborar com as investigações e com o processo administrativo poderá ficar isenta de algumas penalidades se as informações auxiliarem na identificação dos demais envolvidos na infração e na obtenção de provas. No caso das multas, o valor aplicável poderá ser reduzido em até dois terços.

ACONTECEU NO SENADO



Jonas Pereira/Agência Senado

Sessão da semana passada, no Plenário da Câmara, inaugurou novo sistema de votação de vetos

Congresso mantém vetos da Presidência da República

Em sessão que durou cerca de 12 horas, o Congresso decidiu na quarta-feira pela manutenção dos vetos presidenciais a 316 dispositivos de 9 projetos. O principal deles referia-se ao reajuste da tabela do Imposto de Renda. Todos foram mantidos na Câmara e por isso nem precisaram ir ao Senado, com exceção de um: o veto à prorrogação de contratos de grandes consumidores de energia, que ficou a dois votos da derrubada no Senado. A sessão inaugurou novo sistema eletrônico de votação de vetos.

APROVADO FIM DE COLIGAÇÃO EM ELEIÇÃO PROPORCIONAL

Na terça-feira, o Plenário aprovou o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais (PEC 40/2011). Pelo texto, somente serão admitidas coligações nas eleições majoritárias (para senador, prefeito, governador e presidente da República). Fica proibida a coligação nas eleições para vereadores e para deputados estaduais, distritais e federais.



Marcelo Oliveira/Agência Senado

DIPLOMA BERTHA LUTZ PREMIA SEIS MULHERES

Na quarta-feira, o Senado entregou o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Foram agraciadas a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Oliveira; a ministra do STF Cármen Lúcia; a socióloga Clara Araújo; a pesquisadora Mary Garcia Castro; a educadora Ivanilda Salucci; e a presidente do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Teixeira. A psicóloga Débora Bonafé dos Santos, fundadora da ONG SOS Mulher e Família de Taubaté, recebeu homenagem póstuma.

Luiz Augusto Drieme



SENADO AVALIARÁ CRISE HÍDRICA

Na quinta, o Plenário do Senado aprovou a criação de uma comissão temporária para fazer um diagnóstico da crise hídrica e propor soluções. O requerimento, apresentado por Jorge Viana (PT-AC), estabelece 90 dias de funcionamento para a comissão.

COMISSÕES OUVEM CAMINHONEIROS

Na segunda-feira, a Comissão de Direitos Humanos debateu a situação dos caminhoneiros. Na sexta, em audiência da Comissão de Agricultura, foi decidido que Blairo Maggi (PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) intermediarão as negociações com o governo.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Viana diz que governador do AC é inocente

O senador Jorge Viana (PT-AC) defendeu o governador do Acre, Tião Viana, seu irmão, acusado de ter sido beneficiado com R\$ 300 mil vindos de esquema de corrupção na Petrobras. Ele disse que Tião é inocente

e tem interesse em provar o mais rápido possível. Também apontou inconsistências nas denúncias.

— Não tenho dúvida de que o Brasil tem a chance de desbaratar uma quadrilha que atuava na mais importante empresa do país. Mas não é possível que, no afã de se combater a corrupção e de se fazer justiça, atinjam-se pessoas que não devem e não temem. Pessoas com vida pública honrada, como o cidadão



Pedro Franco/Agência Senado

Tião Viana — afirmou.

O senador lembrou que, num processo de dois volumes e mais de 400 páginas, o nome de Tião foi citado em quatro linhas pelo delator Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras:

— Paulo Roberto disse que o doleiro Youssef mandaria R\$ 300 mil para a campanha de Tião Viana ao Senado em 2010. Tião não foi candidato a senador em 2010 e muito menos teve contato com qualquer um dos dois. Paulo disse que doou R\$ 300 mil a pedido de Youssef e este nega ter pedido ou doado. O que Tião fez foi receber da empresa Iesa, que trabalha com petróleo e gás, R\$ 300 mil, com recibo e registro no TRE — explicou.